



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 20 de Agosto de 2019

Ideologia atrapalha MEC, dizem deputados

Por Hugo Passarelli | De São Paulo



Tabata Amaral: "Enquanto debatemos Escola Sem Partido, deixamos de olhar o que realmente importa e faz a roda girar".

A pauta excessivamente ideológica tem atrapalhado o debate de políticas públicas no Ministério da Educação (MEC), defenderam ontem os deputados federais Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) e Tabata Amaral (PDT-SP).

"Enquanto debatemos Escola Sem Partido, deixamos de olhar o que realmente importa e faz a roda girar", afirmou Tabata ao participar do 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, em São Paulo.

Já para Caroline de Toni (PSL-SC), da base do governo federal, o debate entre as duas visões não traz, necessariamente, prejuízos. "Acredito que a polarização, desde que feita com respeito, [pode contribuir] para melhorias", disse.

Para ela, o governo de Jair Bolsonaro representa uma ruptura, mas está aberto ao diálogo.

Caroline, autora de um projeto de lei que pretende tirar de Paulo Freire o título de patrono da educação brasileira, defende a mudança por infringir o conceito constitucional de pluralidade na educação. "Ao adotar um patrono, evita-se todas as outras linhas", afirmou ela.

Freire, autor brasileiro mais citado no exterior, defende uma educação de viés de esquerda, marxista e que fere os paradigmas da escola, segundo Caroline.

Ela também defende outra bandeira do governo Bolsonaro, de que existe uma suposta ideologia de gênero nas aulas de educação sexual. Questionada seguidas vezes sobre se esse e outros pontos possuem fundamentação teórica, Caroline disse que há diversos "casos de conhecimento público e vídeos na internet" que comprovam o posicionamento

Sem fazer referência direta à fala de Caroline, a deputada Tabata afirmou que o acirramento do debate traz hoje o risco de o MEC fazer políticas públicas baseadas em experiências pessoais.

Para Cunha Lima, do PSDB, outra marca dessa gestão tem sido a falta de voz no MEC em temas

cruciais para a educação, como o Fundeb, principal fundo de financiamento à educação básica e cuja validade expira em 2020.

"Inicialmente esse debate sobre o Fundeb foi conduzido mais pelo Ministério da Economia. Eu quero um MEC que brigue por mais recursos", disse Cunha.

Para Tabata, bandeiras do atual MEC, como o programa Future-se, que pretende aumentar a captação de recursos privados pelas universidades federais, vão na direção correta, mas precisam de ajustes. "O que funciona em uma universidade federal em São Paulo não faz nem sentido em Manaus", afirmou.

Além do Future-se, o MEC deve começar a debater na semana que vem com os reitores das federais o modelo de incentivo financeiro para as instituições mais bem administradas, disse o secretário de ensino superior da pasta, Arnaldo Barbosa Lima.

"As universidades com melhor governança serão premiadas", afirmou, destacando que também serão observados critérios de inovação e empregabilidade.

Segundo ele, a mudança deverá começar a valer a partir do ano que vem. A ideia inicial é utilizar o índice de governança hoje já elaborado





pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas o modelo final poderá considerar outras métricas, garantiu o secretário.

Barbosa ainda rebateu as críticas de que o Future-se seria vago em suas principais diretrizes, como têm alegado diversos reitores. "Não vejo como pode ser vaga uma proposta com 45 artigos e que muda 16 leis", afirmou.

O secretário do MEC também informou, sem detalhar, que o MEC deve anunciar em breve um programa nacional para a formação de professores.

Tabata: ‘O que me resta é esperar a análise do partido’

Ameaçada de expulsão, deputada diz que aguarda posicionamento do PDT para poder ‘agir’; parlamentar é cortejada pelo DEM

RENATA MARIZ
E PAULA FERREIRA

Ameaçada de ser expulsa do PDT por contrariar a orientação do partido e votar favoravelmente à reforma da Previdência, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) afirmou ontem que vai esperar a decisão do partido para “agir”. Ela nega que esteja conversando com outras legendas, embora venha recebendo cortejos públicos de vários líderes:

— O que me resta agora é esperar a análise do partido, já apresentei minha defesa, e aí poder agir. Mas eu não estou conversando com outros partidos. Continuo minha atuação na Comissão de Educação, na Comissão Externa de Acompanhamento do MEC e aí, quando eles decidirem se posicionar, eu me posiciono também.

Questionada especificamente sobre a possibilidade de se filiar ao DEM, após elogios de parlamentares da sigla, Tabata afirmou que ainda não recebeu nenhum convite, mas que pertence ao campo progressista.

— Fico feliz cada vez que alguém se posiciona em relação ao meu trabalho (...) Agora, acho que vale



Dissidente. A deputada Tabata Amaral: contrária a orientações do partido

dizer que não recebi convite de nenhum partido, não sentei para conversar. Soa até engraçado, mas ainda não fui expulsa do PDT, essa decisão não cabe a mim. Eu sou uma pessoa que tem a pauta do social como prioritária, que está lutando pela educação e que se encontra no campo progressista. Mas para saber para aonde vou, tem que ser expulsa primeiro — disse.

As declarações foram feitas em debate no 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, em São Paulo, ao fim de um painel que contou também com a participação dos deputados Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) e Caroline de Toni (PSL-SC). Eles são integrantes da Comissão de Educação da Câmara, presidida por Cunha Lima Enquanto Caroline de Toni defendeu a pauta bolsonarista para a educação, que inclui o projeto Escola sem Partido contra uma suposta doutrinação em sala de aula e a liberação da educação domiciliar,

Cunha Lima e Tabata manifestaram preocupação com outras questões, como renovação do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Professores (Fundeb) e a falta de creches no país. O deputado avisou que o Congresso reagirá contra pautas ideológicas na área: — Quando for puxar para o lado ideológico o Congresso vai reagir.

A deputada Caroline de Toni, por sua vez, defendeu que as famílias devem decidir quando abordar assuntos como sexualidade, dizendo que isso vem ocorrendo precocemente nas escolas, em desrespeito aos valores familiares. Ela também afirmou que os livros da área de humanas usados nas escolas têm conteúdo em defesa do “socialismo”, sem apresentar evidências ou números que embasassem as declarações ao ser questionada. Segundo ela, os casos estão documentados em vídeo na internet.

'Critérios meritórios'

MEC planeja mudar distribuição de verbas a federais; reitores reagem

ANA LETÍCIA LEÃO E ANA PAULA BLOWER

O Ministério da Educação (MEC) confirmou ontem que pretende "aperfeiçoar a matriz orçamentária das universidades federais", reduzindo a distribuição de recursos por critérios quantitativos (como o número de alunos e de campi) e dando mais destaque a "critérios meritórios", como o desempenho acadêmico, gerencial e econômico.

Reitores das federais reagiram com preocupação à notícia — divulgada inicialmente pelo jornal "O Estado de S. Paulo" —, afirmando que a medida poderia quebrar algumas instituições e criticando o MEC por não dialogar com as universidades antes de divulgar o plano.

Da forma como o orçamento é distribuído atualmente, universidades de maior porte e com maior número de alunos, como a UFRJ e a UFF, recebem aporte maior sem que necessariamente tenham um desempenho melhor nesses quesitos.

— Uma redistribuição é ruim para a UFRJ, mas, se é a nova lógica do governo, teremos que atender e lutar para que a redução não seja grande — afirmou Denise Pires de Carvalho, reitora da UFRJ,

a maior federal do país. — A impressão que eu tenho é que, no fundo, podemos acabar diminuindo recursos de todo mundo. E isso é muito ruim.

Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e ex-presidente da Andifes, a associação nacional dos reitores das federais, Renato Centoducatte afirmou que o sistema de partição de recursos não pode ser "autofágico".

— Se eles querem encolher as universidades, que falem explicitamente. Vamos transformar uma universidade de 50 mil alunos em uma de 10 mil? O que fazemos com 40 mil alunos? Há um custo unitário que as universidades precisam receber, que são os recursos suficientes para pagar os serviços básicos para elas funcionarem.

RANKING DO TCU

Centoducatte afirmou que uma proposta viável deveria contemplar o valor mínimo de custeio de cada universidade e, como forma de incentivo, distribuir uma verba adicional por critérios qualitativos.

— A conjuntura em que vivemos é de escassez. Suponha que uma universidade perca 20,40,50% do seu orçamento de custeio com essa

medida. O que você vai fazer? Quebrar a universidade? É muita falácia, muitas divulgações que se passam por verdade absoluta sem conhecimento de causa.

De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, que participou ontem de um debate no 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, em São Paulo, o modelo de matriz orçamentária atual é "90% baseado no tamanho da instituição em 10% em eficiência".

— A gente quer aumentar esses 10% ao longo dos anos, mas isso vamos discutir com os reitores em um amplo debate antes de fazer qualquer alteração.

Para orientar e definir a reorganização orçamentária, o secretário cita um ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) em que é medida, por exemplo, a capacidade que a universidade tem de produzir valor. Na última avaliação, 86% das universidades federais de ensino superior tiveram nota inferior a 50% nesse quesito.

— A gente vai avaliar desempenho: quanto maior for o índice de governança, maior será a parte destinada a essas instituições de ensino. É uma diretriz a longo





UFRJ. Federal do Rio de Janeiro deve ser uma das afetadas pela medida do governo federal; para reitora, novos critérios podem 'acabar diminuindo recursos de todo mundo'

prazo para que as instituições se adaptem a esse índice. É a forma de a gente exercer a nossa autonomia. E essa autonomia significa prestar contas à sociedade, que paga muitos impostos —disse Lima Junior.

Denise Pires de Carvalho, que participou do evento com o secretário do MEC, reconheceu que a UFRJ "está muito mal no relatório do TCU":

— É óbvio que a UFRJ fez alguma besteira no relatório e eu preciso descobrir o que foi. Somos uma instituição excelente, mas informal. A gente precisa ser excelente e um pouco mais profissional. Pretendemos fazer uma autocrítica e ajustar a gestão financeira da UFRJ, mas espero que o MEC não crie uma crise acadêmica.

Estudantes do Cefet barram entrada de novo diretor

Ministério nomeou interino para lugar do candidato eleito, alegando que o pleito está "sob análise"; alunos apontam intervenção

Estudantes e professores do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) do Rio fizeram um protesto ontem na instituição, barrando a entrada do novo diretor-geral, Maurício Aires Vieira, indicado pelo Ministério da Educação (MEC) para assumir o cargo de forma interina. A comunidade acadêmica questiona a nomeação, já que outro nome havia sido eleito para o posto —Maurício Saldanha Motta, que era vice-diretor do Cefet.

Cerca de 200 alunos bloquearam as áreas de direção do Cefet, e Vieira não conseguiu chegar à sua sala, deixando em seguida a instituição. Os estudantes permaneceram no local em protesto.

O MEC alega que o diretor-geral foi nomeado interinamente enquanto a eleição está "sob análise", sem, no entanto, detalhar o processo. Em

nota, a pasta informou que "até que seja concluída (a análise), foi designado o diretor-geral pro tempore, para que seja dada continuidade às atividades administrativas da instituição".

Indagado sobre o que teria impedido a posse do candidato eleito pela comunidade acadêmica e sobre os motivos da análise do pleito, o MEC não respondeu à reportagem.

Estudantes e professores do Cefet, por outro lado, veem na nomeação de Vieira uma intervenção do ministro da Educação, Abraham Weintraub, na instituição.

— Houve uma eleição, e Maurício (Saldanha Motta) foi eleito, mas não era do agrado do atual governo. Então, eles nomearam outra pessoa, que não é do Cefet, numa postura totalmente interventora—diz Lis Helena Aschermann Keuchegerian, professora de Filosofia do Cefet. —Nós estávamos lá para protestar, e os estudantes barraram a entrada do interino.

DIREÇÃO VAGA

Em nota, o Cefet informou "que a eleição ocorreu de forma democrática, tramitando normalmente pela Procuradoria Jurídica do Cefet/RJ, pelo Conselho Diretor, pela Comissão Eleitoral e pela própria Consultoria Jurídica do MEC". No comunicado, os diretores da instituição disseram ainda que "foi uma surpresa a nomeação de um diretor-geral pro tempore".

A direção-geral do Cefet estava vaga desde julho, quando terminou o mandato de Carlos Henrique Figueiredo Alves. Motta já havia sido eleito, mas ainda não referendado por Weintraub. Segundo a assessoria de imprensa do Cefet, o MEC assegurou que sua posse estaria garantida. No entanto, um processo de recurso contra as eleições ocorreu dentro do ministério sem que ele tivesse acesso. Desta forma, foi escolhido o nome de Vieira, que era assessor da secretaria-executiva do MEC.

Desigualdade global - Entre as democracias, Brasil lidera concentração de renda

O 1% mais rico concentra 28,3% do total de rendimentos, índice só superado pelo autocrático Qatar; na crise, miséria voltou a subir, mas houve forte queda nos anos 2000

Fernando Canzian, Fernanda Mena e Lalo de Almeida (fotos)

O morro do Vidigal no Rio de Janeiro tem esse nome em memória do major Miguel Nunes Vidigal (1745-1843), chefe da polícia colonial no início do século 19. Tido como cruel em seu tempo, era considerado o terror dos escravos fugidos e temido pela população pobre do Rio. Em 1820, Vidigal ganhou as terras no morro de monges beneditinos, que antes as haviam recebido de presente do visconde de Asseca, nobre de privilégios e protegido pela coroa portuguesa.

É do alto de sua pequena casa no Vidigal que Wallace Guimarães, 28, tem a visão panorâmica da desigualdade brasileira.

Ela começa por telhas velhas sobre casas precárias, “gatos” de energia e caixas d’água azuis, passa por cima de prédios, hotéis de luxo e as praias brancas do Leblon e de Ipanema até alcançar o Pão de Açúcar, no meio do caminho em direção ao centro do Rio.



Foi olhando para esse cenário que Guimarães tentou melhorar sua posição relativa há dois anos, investindo no Vidigal o maior dinheiro que já conseguiu juntar na vida: R\$ 12 mil para abrir a primeira do que esperava ser uma rede de barbearias.

Ganhando até R\$ 2.000 por semana como uma espécie de “faz tudo” na produção de filmes e comerciais de TV, ele abriu o negócio em 2017. O plano era aumentar a renda e se tomar independente.

“A gente via o pessoal saindo da classe D e indo para a C e pensava: ‘Uma hora sou eu’. E já estava melhor. Comia e bebia melhor, tinha planos de comprar um carro”, diz.

“De repente, bum! Veio essa crise. O trabalho parou, a barbearia

não se pagou e terminei pior do que antes, quase sem trabalho e com dívidas.” Guimarães até que foi longe, pois a maioria dos brasileiros, sobretudo os mais pobres, começou a naufragar antes na última recessão, que se estendeu do segundo trimestre de 2014 ao fim de 2016. Mas, ao final, ele também sucumbiu e acabou se juntando ao grupo que mais sofreu: os jovens, que perderam cerca de 15% da renda na crise.

Na média geral, a queda de rendimentos desde o fim de 2014 é de 2,6%; e o país segue no negativo após a lenta recuperação do último biênio.

“Foi um tombo que levou a economia a perder ainda mais a sua força, pois são os mais pobres que consomem grande parte de sua renda”, diz Marcelo Neri, diretor do





Da janela de sua casa no morro do Vidigal, no Rio, Wallace Guimarães tenta tranquilizar a mãe ao telefone enquanto procura saber se tiroteio entre traficantes e policiais na comunidade havia terminado. Em São Paulo, visitantes em feira de aviação executiva; atrás dos EUA, Brasil tem a segunda maior frota do gênero no mundo. Hélio Honório, que já foi pequeno empresário e agora trabalha como camelô, na janela do barraco em que vive na favela da Funchal, em São Paulo.



nacionais e declarações de imposto de renda, o relatório mostra que esse 1% superrico (cerca de 1,4 milhão de adultos) captura 28,3% dos rendimentos brutos totais e recebe individualmente, em média, R\$ 140 mil por mês pelo conjunto de todas as suas rendas.

Como comparação, os 50% mais pobres (71,2 milhões com renda média de R\$ 1.200) ficam com 13,9% do conjunto de todos os rendimentos, menos da metade do que é recebido pelo 1% no topo.

Mesmo considerando os 10% mais ricos, o Brasil empata com a Índia e só perde para a África do Sul no ranking dos mais desiguais. Os cerca de 14,2 milhões de adultos nesse decil têm renda média de R\$ 28,5 mil e capturam 55,5% dos rendimentos totais.

FGV Social, que analisa esses dados.

Mas a crise acentuada nos estratos mais pobres, e em regiões como Norte e Nordeste, não levou só à queda dos rendimentos e à redução do crescimento econômico.

Ela provocou também um aumento da desigualdade de renda por mais de quatro anos consecutivos (17 trimestres). Foi algo que não ocorreu nem no período anterior a 1989, ano de desigualdade recorde.

Dados do FGV Social dão a dimensão da piora na concentração: do fim de 2014 a junho deste ano, a renda per capita do trabalho dos 10% mais ricos subiu 2,5% acima da inflação; e a do 1% mais rico, 10,1%.

Já o rendimento dos 50% mais pobres despencou 17,1%; e dos

40% “do meio” (a classe média entre os mais ricos e os mais pobres), caiu 4,2%.

Isso levou o índice de Gini a 0,629, muito próximo ao recorde da série desde 2012 (medido de 0 a 1, quanto mais perto de 1, pior a desigualdade).

Segundo o Relatório da Desigualdade Global, da Escola de Economia de Paris, o Brasil é hoje o país democrático que mais concentra renda no 1% do topo da pirâmide.

Só o Qatar, emirado árabe absolutista de 2,6 milhões de habitantes e governado pela mesma dinastia desde meados do século 19, supera, por pouco, o Brasil.

A partir de dados que combinam pesquisas domiciliares, contas

Depois do Brasil e do Qatar, onde o 1% detém 29% da renda, outros países com forte acúmulo no topo são o Chile (modelo liberal para muitos e proporcionalmente mais rico que o Brasil), o Líbano, os Emirados Árabes e o Iraque.

Segundo Marc Morgan, que analisa dados do Brasil no relatório, enquanto os mais ricos no país expandiram a renda no período favorável de 2001 a 2015 e os 50% mais pobres também tiveram ganhos, a classe média (os 40% “do meio”) perdeu participação nos rendimentos totais, de 33,1% para 30,6%.

Assim, o Brasil seguiu tendência parecida à dos demais países do Ocidente, onde as classes médias perderam terreno, entre outros motivos, porque a Ásia ascendeu





empregando mão de obra barata na produção industrial.

De uma forma geral, os muito ricos no Brasil continuaram acumulando ganhos elevados, sobretudo de capital. E as faixas mais pobres progrediram com o aumento da atividade em setores não industriais, menos especializados e que empregam muita gente, como construção e comércio.

No miolo, a classe média foi comprimida, entre outros fatores, pelo encolhimento da indústria de transformação, cuja participação no PIB caiu à metade nas duas últimas décadas, para cerca de 12%.

Desde 2001, segundo o relatório, enquanto a metade mais pobre do Brasil obteve um aumento de 71,5% em sua renda, e os 10% mais ricos, de 60%, a classe média (os 40% “do meio”) viu seus rendimentos crescerem menos: 44%.

Morgan avalia que o mesmo fenômeno de “compressão” da classe média que favoreceu Donald Trump nos EUA, a direita na Europa e que levou o Reino Unido ao brexit tenha ajudado também na eleição de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018 — com a ajuda extra do discurso anticorrupção e anti-PT que empurrou o eleitorado para a direita.

“O Brasil criou uma linha bastante dividida entre aqueles que ganharam mais e votaram no PT e essa classe média espremida que perdeu terreno nos níveis mais altos da distribuição de renda”, diz Morgan.

O paulistano Hélio Honório, 60, é um exemplo radical dessa

precarização da classe média que, assim como em outros países, perdeu espaço para os asiáticos.

Pobre na juventude, Honório conseguiu montar uma pequena fábrica de bolsas em São Paulo que chegou a empregar 22 funcionários até o início dos anos 2000.

“Mas aí começaram a entrar os importados, e a coisa desmoronou. O preço deles nas lojas era o meu de custo”, lembra. “Tudo da China, que quebrou quase todo mundo.”

Para se adaptar, ele passou a vender produtos importados da Ásia na rua 25 de Março, chegando a faturar cerca de R\$ 2.000 em dias muito bons.

“Mudei para um apartamento de três dormitórios e entrei no financiamento de dois carros. Vivía bem, viajava, comia fora. Mas aí veio a crise, e tudo foi se perdendo.”

Em 2011, já havia se mudado com a mulher para uma quitinete em um bairro popular no centro. Alvo de agiotas, sua companheira se endividou e ele acabou perdendo tudo: o pouco capital que tinha e o negócio no maior centro de comércio popular da cidade.

Hoje, ele trabalha como camelô em uma esquina na Vila Olímpia onde consegue tirar menos de R\$ 2.000 limpos por mês. Separado da mulher, aluga um quarto na favela da Funchal, um conjunto precário de casas de madeirite espremido entre prédios luxuosos da região.

Como camelô, Honório integra o grupo de atividade que mais cresceu durante a crise: os trabalhadores por

conta própria já são 24,1 milhões dos 93,3 milhões de ocupados.

São eles que contribuem para que não se j a ainda mais elevada a taxa de desemprego de 12% em um país com 12,8 milhões de pessoas sem trabalho — 3,3 milhões delas buscando alguma ocupação há pelo menos dois anos.

Apesar de sua decadência, Honório até conseguiu manter um rendimento exclusivo do trabalho próximo da média dos brasileiros, algo que não foi possível aos milhões que afundaram na crise.

Segundo dados do FGV Social, o total de pessoas que cruzaram a linha da extrema pobreza desde 2014, passando a viver com menos de R\$ 232 por mês, cresceu 33%.

Somados, foram 6,3 milhões de brasileiros, o que elevou a 23,3 milhões o total de miseráveis — o equivalente a 11,2% da população. Mesmo assim, há muito menos pessoas na pobreza extrema hoje do que no início dos anos 2000, quando elas eram 28% do total.

Hélio Honório em São Paulo e Wallace Guimarães no Rio são exemplos de pessoas que Fernando Burgos, professor da escola de administração da FGV-SP, considera terem passado pelo que ele chama de “porta giratória” da desigualdade brasileira.

“É como se eles tivessem entrado por essa porta, visto o saguão do hotel e sentido o ar condicionado. Só que aporta continuou girando e eles acabaram saindo novamente.”





Na opinião de Burgos, apesar do aumento da renda dos mais pobres nos anos 2000 e da redução da pobreza ao longo das últimas décadas, as políticas sociais e as condições macroeconômicas do país não atacaram o que ele chama de “outras dimensões da pobreza”, de caráter estrutural.

Nesse sentido, o Brasil continuaria sendo um país com barreiras históricas e difíceis de romper que limitam a melhora das condições econômicas dos mais pobres — e com baixíssima mobilidade social.

“Se eu dissesse: ‘Vamos desenhar um país que vai ter uma desigualdade muito grande, extrema, e que você não vai conseguir mudar isso facilmente’, não poderia ter pensado em nada melhor do que o Brasil”, diz Naercio Menezes, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper.

Além de alta, a desigualdade no Brasil seria persistente e presa a um “círculo vicioso” que começa no nascimento.

“Quem nasce pobre parte de um ambiente desfavorável, sem saneamento, com várias crianças na miséria e com pais que não têm a educação necessária para saber o que é importante”, diz Menezes.

“Depois, acaba em uma escola pública ineficiente, com problemas sérios de gestão e violência. E quando atinge o ensino médio, vai direto para o mercado de trabalho, o que não significa sempre um emprego formal”, resume.

Foi esse o caso de Wilton da Cruz, 24, entrevistado pela Folha durante ato em apoio ao presidente Jair Bolsonaro na avenida Paulista.

Depois de terminar o ensino médio em 2012, ele não teve a chance até agora, “por questões financeiras”, de ingressar em uma faculdade.

Mas, a partir dos 16 anos, já trabalhou como vendedor, entregador de panfletos em troca de R\$ 20 ao dia e, mais recentemente, na área de telemarketing. Agora, está desempregado há um ano, mesmo tendo terminado um curso técnico na área de plásticos.

Ao não cursar uma faculdade, Cruz terá sua renda limitada no futuro, pois uma graduação universitária costuma gerar o dobro da renda na comparação com quem tem só um ensino médio técnico.

A boa notícia é que, entre o início dos anos 2000 e 2018, o total de brasileiros com ensino superior passou de 7% para 17%, muitos deles negros que ingressaram na faculdade por meio de cotas.

Numa eventual recuperação econômica, eles tendem a se sair melhor e a ganhar mais.

Mas, diferentemente de outros países do Ocidente, onde a desigualdade cresce por mudanças em estruturas produtivas, o Brasil também teria, segundo especialistas, muitos privilégios a minorias pagos com dinheiro público e um alto índice de corrupção. Além de problemas “de partida”.

Isso incluiria a herança escravocrata, que ainda mantém os negros nas camadas socioeconômicas inferiores; mandonismos regionais; o patrimonialismo que se apodera de recursos estatais ou emprega protegidos no setor público; políticas sociais destinadas a quem menos precisa; e uma estrutura tributária regressiva que cobra proporcionalmente mais impostos de quem ganha menos.

Ainda na economia, há pouquíssima abertura comercial (o país participa com 1,2% do comércio global) e competição limitada entre empresas, muitas envolvidas em corrupção — só os crimes denunciados na Lava Jato somam R\$ 6,4 bilhões em propinas.

Para a historiadora Lília Schwarcz, autora de “Brasil: uma Biografia” (com Heloisa Starling), além de ter sido destino de quase a metade dos 12 milhões de negros que saíram da África escravizados entre os séculos 16 e 19 e de ter sido o último país a abolir a escravidão nas Américas, em 1888, o Brasil não teve políticas de integração para os libertos.

O fato contribuiria até hoje para a manutenção da desigualdade. Representando mais da metade da população no país, apenas 40,3% dos pretos e pardos maiores de 25 anos, por exemplo, chegaram ao fim do ensino médio.

“Fomos também uma colônia de exploração, com uma lógica econômica dada pela realidade e demanda externas. Assim,





constituímos um país de grandes propriedades e mandonismos presentes até hoje”, diz Schwarcz.

Exemplo do peso desse passado, Luiza de Marillac Ferreira, 52, é neta de uma negra — filha de escravos— e de um português e mora no mesmo local em que o casal de avós se estabeleceu há muitas décadas na comunidade do Poço da Draga, no Ceará.

Antiga vila de pescadores e estivadores, a área é uma ilha de pobreza sem equipamentos públicos e saneamento, mas cercada de empresas e bares perto da famosa praia de Iracema, em Fortaleza.

Ali, Marillac é mais uma das que passaram pela “porta giratória” da desigualdade.

Em 2002, ela fez um curso de enfermagem e conseguiu dois empregos, junto ao marido pedreiro, chegaram a ganhar R\$ 3.000 mensais.

Na época, comprou vários eletrodomésticos e investiu na educação dos quatro filhos, três dos quais foram beneficiados por programas federais.

Em 2008, Marillac perdeu um dos trabalhos. Em 2014, o outro. Em 2015, foi a vez do marido ficar sem emprego.

“Passei a vender lanche na construção civil, mas não dava. Precisei de ajuda da minha mãe, que recebia um salário de aposentadoria”, diz.

Hoje, duas de suas filhas conseguiram sair do país, e a família

vive com R\$ 1.072 que Marillac recebe como articuladora comunitária da Prefeitura de Fortaleza.

Muito em função da herança histórica, ainda são os estados pobres do Nordeste os que concentram as maiores desigualdades, o maior percentual de negros, alguns dos maiores latifúndios e os piores empregos do país.

Já o patrimonialismo concentrador de renda tem várias vertentes: salários e pensões elevadas de servidores; R\$ 376 bilhões em renúncias fiscais e subsídios a setores empresariais só neste ano; fundos de pensão estatais que financiam projetos inadequados; e até recursos para universidades públicas em detrimento do ensino básico.

Na média do Brasil, os salários no setor público são bem maiores do que os pagos em funções correspondentes na iniciativa privada. Em Brasília, no Distrito Federal, onde se concentra o maior número de servidores, ganha-se, na média geral, 92% a mais do que no resto do país.

Para o economista Cláudio Hamilton dos Santos, a diferença revela a “desconexão” de Brasília com o Brasil.

Segundo ele, a proximidade dos servidores federais com a administração pública em Brasília aumenta o poder de barganha desse grupo na obtenção de aumentos, privilégios e aposentadorias quase sempre superiores ao teto de R\$ 5.839,45 no setor privado.

Eles são pagos sobretudo por meio da transferência anual de cerca de R\$ 14 bilhões da União para o Governo do Distrito Federal.

Equivalente a quase a metade da verba anual do Bolsa Família e a mais do que a receita líquida individual de 14 estados, 90% desse dinheiro é gasto só com pessoal.

Assim, a comunidade Sol Nascente, em Ceilândia, amenos de 30 km da Praça dos Três Poderes, poderia ser considerada um ícone da desigualdade brasileira —com seus 120 mil habitantes muito próximos da zona de maior remuneração média do país, o Governo do Distrito Federal.

Ali quase não existem equipamentos públicos como escolas e delegacias, grande parte das casas não tem esgoto ou água encanada e muitas das ruas são de terra, com sujeira espalhada devido à precariedade na coleta de lixo.

Sem outra opção, foi no Sol Nascente que Marcílio Sales, 49, conseguiu se estabelecer quando chegou a Brasília, em 1997, fugindo da seca e da atividade rural no Piauí.

Trabalhando com artesanato no início, ele acabou empregado em uma empresa de manutenção e limpeza terceirizada pela Universidade de Brasília, na qual conseguiu aprender a ler e a escrever em um programa de alfabetização.

Com o salário de R\$ 900 e outros bicos, comprou um terreno na comunidade em que ergueu sua casa. Primeiro de madeirite; depois, de tijolos.





Mas em 2017 Sales foi demitido, após 20 anos de trabalho na universidade. “De lá para cá, não apareceu mais nada.”

Sem o salário, parte das atividades de um projeto que ele havia criado para dar aulas de reforço a crianças e para capacitar mães em costura foi suspenso, o que ajudou a piorar a situação da comunidade.

“Sem minha renda, tudo caiu: eu, o projeto, tudo. Estamos passando um sufoco danado”, diz Sales, que não recebe atualmente nenhum benefício social do Estado.

Para o economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, Ricardo Paes de Barros, não é pouco o que o Brasil gasta em suas várias políticas sociais. O problema, argumenta, é como o dinheiro é utilizado.

“O Brasil construiu uma rede de proteção social gigante. Mas gastamos dinheiro demais com transferências em diversos programas e de menos com igualdade de oportunidades para que todos partam do mesmo ponto”, diz.

“A coisa mais inteligente a fazer seria juntar tudo isso em uma única rede de proteção social em vez de ter um amontoado de programas.”

Segundo dados do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o Brasil gasta hoje na área social o equivalente a cerca de 25% do PIB. Na América Latina, o país só perde para a Argentina nesse quesito.

O gasto brasileiro, porém, é de pior qualidade, sobretudo devido a despesas previdenciárias que contribuem para concentrar a renda. Segundo o órgão, o Brasil gasta sete vezes mais com seus idosos do que com os jovens — ante quatro vezes na média da região.

O BID considera que nada menos do que 75% das transferências públicas no Brasil podem ser classificadas como “pró-ricos”, passando longe do objetivo ideal de equalizar as chances “de partida” das crianças e dos mais jovens.

Para o organismo internacional, o Bolsa Família é hoje disparado o melhor e mais efetivo programa de combate à pobreza e de distribuição de renda do país.

Dos 70 milhões de domicílios brasileiros, 9,5 milhões são atendidos pelo programa, que conta com orçamento anual de R\$ 31 bilhões, o equivalente a menos de um décimo dos incentivos fiscais concedidos a vários setores empresariais.

No total, são 14 milhões de mulheres (metade no Nordeste) que recebem, em média, R\$ 186 mensais com a contrapartida de manter os filhos na escola e levá-los a postos de saúde —dois dos fatores considerados fundamentais para combater a desigualdade “na partida” da vida.

Para o economista e ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, o Bolsa Família é um programa “fantástico”. Por outro lado, diz, além de insuficiente para

tirar as pessoas de um nível de renda muito baixo, ele acabou concentrado nas mãos de líderes em Brasília que podem usá-lo politicamente em ciclos eleitorais.

Para a maioria dos especialistas, o crucial para o combate sustentável à desigualdade seria o Brasil voltar a crescer, até para financiar ou ampliar programas sociais e de distribuição de recursos.

Assim como ocorreu nos anos 2000, o crescimento voltaria também a viabilizar a ascensão social via trabalho.

Entre 2004 a 2014, segundo dados do FGV Social e do IBGE, quase 80% do aumento da renda dos brasileiros veio de mais e melhores empregos.

Ao final daquele ciclo, a partir do biênio 2015-2016, quando o desemprego subiu, 4,1 milhões de famílias caíram para as classes D e E, ficando abaixo de um teto de renda mensal de R\$ 2.370, segundo a consultoria Tendências.

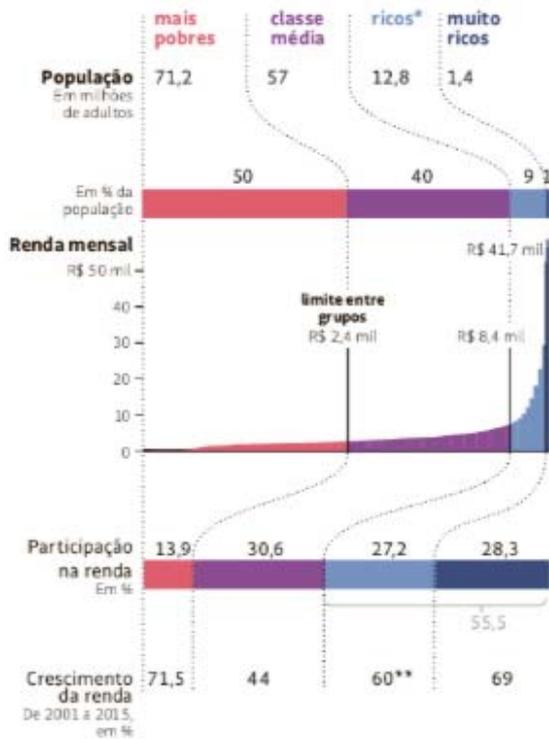
Isso anulou rapidamente a ascensão social registrada entre 2005 e 2012, quando o aumento dos rendimentos tirou 3,3 milhões de famílias da base da pirâmide.

Com a volta do crescimento econômico, mesmo que moderado, quase 4 milhões de famílias poderiam voltar a ascender às classes C, B e A até 2022. E voltar a representar quase a metade da população.





Distribuição da renda no Brasil



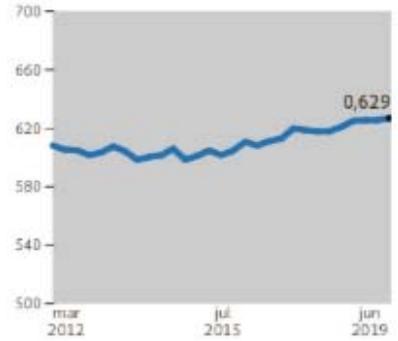
Ranking da concentração no topo

Participação do 1% mais rico na renda total, em %

1º Qatar	29,0
2º Brasil	28,3
3º Chile	23,7
4º Líbano	23,4
5º Emirados Árabes	23,1
6º Iraque	22,0
7º Turquia	21,5
8º Índia	21,3
9º Rússia	20,2
10º Kuwait	19,9
Mundo	20,6

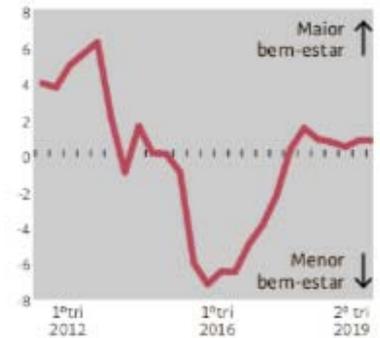
Desigualdade aumenta

Índice Gini da renda do trabalho per capita (quanto mais perto de 1, maior a desigualdade)



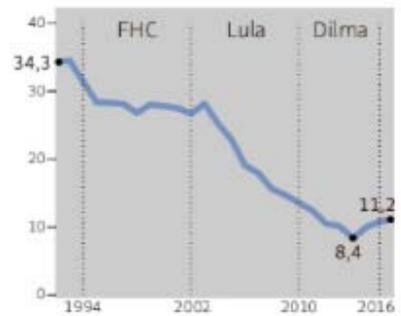
Bem-estar social tem lenta recuperação

Indicador leva em conta variação anual da renda e da desigualdade



Pobreza extrema volta a crescer

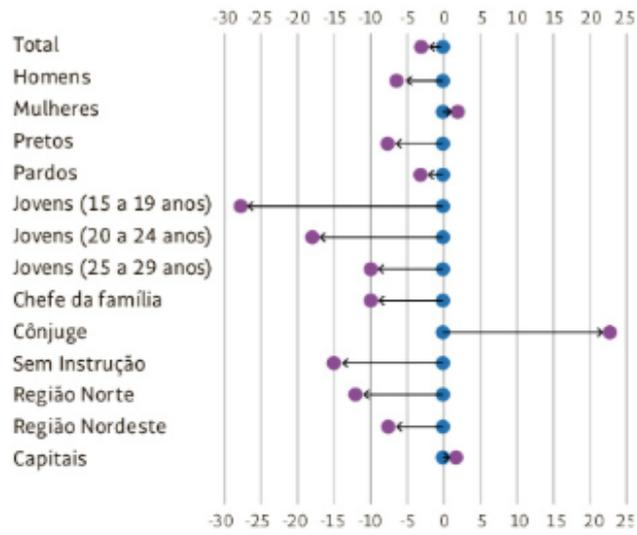
Percentual de pessoas com renda mensal inferior a R\$ 232/mês





Quem ganhou e quem perdeu **na crise**

Varição da renda do trabalho, em % 2014 → 2019



Fontes: FGV Social/CPS a partir dos microdados PNAD/IBGE, PNADC, Relatório da Desigualdade Global e WID *não inclui o 1% mais rico **inclui o 1% mais rico

Entrevista / Marcelo Neri

Sem 'norte', serão 15 anos para Brasil voltar à pobreza de 2014

Após uma década perdida em termos de bem estar social, país deveria integrar programas de combate à desigualdade ao Bolsa Família

Sem focar os mais pobres com programas específicos como o Bolsa Família, o Brasil pode demorar 15 anos até voltar ao mesmo patamar de pobreza de antes da crise, afirma o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

*

Como avalia a evolução da renda e da desigualdade no Brasil?

O Brasil vinha em um processo de crescimento inclusivo até 2014. Daí para frente, vivemos o outro lado da moeda. Os rendimentos caíram, e a desigualdade da renda do trabalho aumentou por mais de quatro anos consecutivos, algo que não aconteceu nem em 1989, nosso recorde de desigualdade. Com isso, a economia desaqueceu ainda mais, pois os pobres tendem a consumir boa parte de sua renda. A pobreza também aumentou muito. Ela tinha caído, de 1990 a 2014, cerca de 75%. Agora, só a extrema pobreza subiu 40%. Uma combinação de

queda da renda, desemprego e aumento da desigualdade gerou a reversão. Não estamos voltando ao mesmo nível de pobreza que tínhamos antes de ela cair, felizmente. Mas a projeção é que, se não reduzirmos a desigualdade, mesmo crescendo 2,5% ao ano até 2030, nós vamos apenas voltar aonde estávamos em 2014. Ou seja, precisamos fazer não só um combate à desigualdade mas à sua pior forma, que é a que afeta os mais pobres. É o que programas como o Bolsa Família ou educação pública podem fazer.

Quem mais ganhou e perdeu na crise?

Ao contrário do período anterior em que a desigualdade caiu e grupos excluídos tiveram ganhos maiores, houve uma certa mistura. Os grandes afetados foram os mais jovens, que perderam 15% de sua renda no período todo da crise - enquanto a média perdeu 2,6%, porque houve uma queda e depois uma recuperação da renda média. Negros e pessoas de baixa escolaridade perderam mais. No Nordeste e no Norte a perda também foi maior. As mulheres conseguiram ter algum ganho enquanto os homens perderam, diminuindo a desigualdade de

gênero. O único grupo que ganhou foi o das cônjuges, como uma estratégia de manutenção da renda na família. Os últimos anos também foram de melhora para quem estudou mais, e como as mulheres são mais escolarizadas, elas conseguiram se destacar. Mas foi um período de aumento de desigualdade no mercado de trabalho, que também havia sido, no período anterior, a grande causa da redução de desigualdade.

Como a desigualdade brasileira impacta no PIB?

A desigualdade e seu aumento tendem a piorar o crescimento por vários canais, como o consumo da população, a violência que desestrutura atividade produtivas e a polarização política que leva à instabilidade. Tudo isso é ruim. Se tivermos alguma retomada da renda média, ainda que tímida, se olharmos o bem-estar da nação, que leva em conta também a distribuição da renda, quase não existe recuperação. Ela é muito tênue. É uma década perdida em termos de bem-estar social.

No boom das commodities dos anos 2000, a renda aumentou e a desigualdade caiu. Se houver um





novo ciclo favorável, é possível retomar isso ou as coisas mudaram, como o fato de a população ter envelhecido?

Acho que será necessária uma ação muito clara sobre a desigualdade e o tipo de desigualdade que queremos reduzir. Se for para reduzir a desigualdade no meio da distribuição de renda, não há mais recursos. Se for para focar os mais pobres entre os pobres, podemos conseguir. Mas, se dependermos só do crescimento, teremos de andar 15 anos para voltar ao início da crise. Tem que haver um combate direto à desigualdade. Mas o principal problema é que talvez a gente tenha perdido esse sentido, esse norte. Para além dos efeitos da crise, tínhamos uma direção de combate à desigualdade. Mas saímos desse caminho do meio e estamos polarizados. Ou é só crescimento ou, como quer a esquerda tradicional, só a desigualdade. Precisamos conciliar essas visões, porque se olharmos o progresso social que o Brasil teve, não foi só a renda crescendo e a pobreza caindo pós 1990. A expectativa de vida aumentou, a escolaridade, que estava estagnada desde sempre, também cresceu. Só que essas mudanças não trouxeram impacto na economia. As pessoas vivem mais, mas a gente não reformou a Previdência. A escolaridade aumentou, mas a produtividade do trabalhador, não. Houve uma melhora na vida das pessoas, mas não uma responsabilidade econômica que desse sustentação a isso. E agora vemos uma involução social. A própria expectativa de vida e a mortalidade infantil começando a

piorar. A falta de contrapartida macroeconômica começa a afetar o lado social.

O aumento da renda e a queda da desigualdade se deram em um período em que o salário mínimo aumentou 74% acima da inflação em 15 anos. Foi uma boa política?

Tivemos uma política forte, mas que talvez tenha sido exagerada não só face ao alto desemprego corrente mas pelas transferências públicas. O que figura no imaginário é que o salário mínimo é a grande fonte de combate à pobreza. Mas a verdade é que isso custa muito porque todas as políticas sociais, Previdência, seguro desemprego e abono salarial, por exemplo, estão indexadas ao salário mínimo. A gente aumenta a despesa pública e, com a população envelhecendo, é um processo que não se sustenta. Nos anos 1990, quando o governo FHC deu grande aumento para o salário mínimo, aquilo teve impacto na pobreza. E não tinha outra coisa a ser feita, porque não havia o Bolsa Família. Hoje temos outros instrumentos e, apesar disso, a gente meio que jogou dinheiro de helicóptero. Gastou com Previdência, com pobre e não pobre, com campeões nacionais. O Brasil realmente adotou uma estratégia sem sustentabilidade, comprometendo o próprio recurso de combate à pobreza. Hoje, se agente quiser fazer isso, vai ter que ser muito decidido e focado.

O instrumento que temos consolidado hoje é o Bolsa Família. É começar por aí?

Por aí e desmontar coisas que não são tão boas. Porque, no Brasil, temos essa tradição de adotar cada vez mais programas e penduricalhos e de manter programas que não são muito bons. É preciso também criar pontos entre os programas. O sujeito que sai do Bolsa Família vai para onde? Empreendedorismo, emprego formal? É preciso pensar na integração, e o Bolsa Família é uma boa base a partir da qual é possível fazer essas conexões.

Depois de 13 anos de PT, tivermos o impeachment, o governo Temer e a vitória da direita de Jair Bolsonaro. Isso tem a ver com a volta do aumento da desigualdade?

Os indicadores sociais do Brasil estavam meio descolados do econômico. O PIB começou a andar de lado desde o começo da década, e o mercado de trabalho e a distribuição de renda continuaram a prosperar até 2014. Mas, do ponto de vista psicossocial, a confiança da sociedade no governo federal, nas instituições e na avaliação de políticas públicas vem se deteriorando desde 2010. Acho que atualmente é muito difícil tentar entender o Brasil sem ouvir os brasileiros, para além dos indicadores objetivos. A gente tenta buscar um certo conforto no cenário global. Temos o [Donald] Trump, o brexit no Reino Unido, e o que aconteceu no Brasil faz parte do mesmo contexto. Faz, mas o grau brasileiro de desconfiança nas instituições é muito maior. Em relação à aprovação das lideranças políticas antes da eleição de 2018, não é que o Brasil tenha a pior





avaliação do mundo. É a pior da série, de dez anos. Não existe outro país, em toda a série histórica que acompanhamos, com desaprovação tão alta. Isso refletiu nas eleições. Tem razões sociais e objetivas como desemprego e a desigualdade, mas tem uma raiz psicológica mais profunda.

Qual a sua avaliação sobre a desigualdade em perspectiva mundial?

O aperto das classes médias tradicionais nos países desenvolvidos é um dado simbólico importante, que consegue explicar fenômenos como Trump e brexit. Só que, se olharmos para a desigualdade e distribuição de renda globais, ela melhorou nos últimos anos por conta dos milagres econômicos chinês e indiano, dois países que abrigavam metade dos pobres do mundo. A classe média tradicional é o grupo perdedor das nações ricas, e essas pessoas acabam votando com base naquilo que elas conseguem enxergar, que é o seu país. E isso tem piorado no mundo. E a polarização econômica tem levando também a uma polarização das ideias, com as sociedades cada vez mais divididas. Com muito de “nós contra eles”, e vice e versa. Isso acaba levando as pessoas a se agrupar nos extremos, em causas que se reforçam,

ampliando conflitos.

Quais as razões de termos uma forte concentração no 1%?

Por ter sido o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão, há muita desigualdade em nossas relações trabalhistas. A medida da renda do 1% mais rico tem se mantido alta não só pela renda do capital mas também pela do trabalho. Destacamos a importância da empresa onde se trabalha, do acesso ao capital produtivo na determinação da desigualdade mais até do que a educação transmitida de pai para filho. Os dados do Imposto de Renda que processei junto com Marcos Hecksher, do Ipea, também mostram os privilégios de uma casta de funcionários públicos ativos. Sem falar da previdência deles, que exacerba a desigualdade no topo. Mas se os dados do Relatório da Desigualdade Global mostram uma altíssima concentração de renda no topo, eles também indicam um país muito mais próspero, não só na fotografia atual como no filme ao longo do tempo. A taxa de crescimento da renda média nos últimos oito anos da série seria seis vezes mais rápida que a do PIB. Ou seja, se os novos dados trazem más notícias, há também boas notícias para um observador mais atento. FC

Ministro espera adesão de 1/4 das universidades federais ao Future-se

Ensino superior. Weintraub atribui rejeição ao programa de atração de recursos privados a "pessoal militante politicamente": "uma parte dos reitores tem ligação com PSTU, PSOL, PT, essas coisas maravilhosas". Presidente da Capes diz que instituições "vão ceder"

Renata Agostini / BRASÍLIA

Uma das grandes apostas do governo Jair Bolsonaro na área da Educação, o Future-se deve atrair inicialmente um quarto das 68 universidades federais do País. A projeção foi feita ao Estado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. Segundo ele, a rejeição ao programa, manifestada recentemente por alguns reitores do País, vem do "pessoal militante politicamente", que são aqueles que "gritam e falam mais".

"Uma parte dos reitores veio do passado e tem ligação com PSTU, PSOL, PT, essas coisas maravilhosas. Mas tem uma parte que não é", disse Weintraub. "Esperamos adesão ao Future-se, em um primeiro momento, de um quarto dos reitores", afirmou o ministro.

Ele não revelou quais instituições já sinalizaram ao Ministério da Educação (MEC)

que apoiarão a iniciativa. Se a previsão se concretizar à risca, ao todo 17 universidades vão aderir à iniciativa de incentivar a chegada de recursos privados às universidades públicas. Weintraub chegou a classificar o programa como a "libertação das universidades federais".

Algumas instituições, no entanto, já indicaram que não concordam com a proposta tal como ela foi apresentada. Entre elas estão as federais do Rio (UFRJ), do Ceará (UFC), de Roraima (UFRR) e de Minas (UFMG). Elas argumentam que o projeto não é claro, fere a autonomia universitária e representa a submissão das unidades à lógica do mercado, entre outras críticas. Diante da repercussão, o MEC decidiu prorrogar em duas semanas a fase de consulta pública, que se encerraria no dia 15 de agosto. Segundo o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, o adiamento foi feito a pedido dos reitores das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, de Lavras, do Oeste do Pará e do presidente do Sebrae. O texto ainda pode sofrer alterações antes de ser enviado ao Congresso Nacional, de acordo com a pasta.

Para a equipe de Weintraub, o Future-se é um caminho para que as universidades públicas tenham mais autonomia financeira. Na apresentação da iniciativa, a pasta afirmou que pretende tornar "mais eficientes práticas já existentes". A adesão ao programa não é obrigatória. A ideia é levantar cerca de R\$ 100 bilhões para Educação com iniciativas como venda de imóveis e lotes ociosos do MEC, remanejamento de recursos de fundos constitucionais e da Cultura (como os da Lei Rouanet) e o uso de organizações sociais. As chamadas OSs são organizações privadas sem fins lucrativos que já funcionam no Brasil em áreas como pesquisa, saúde e cultura. De acordo com a proposta do Future-se, elas fariam gerenciamento de recursos das universidades federais e participariam da administração de algumas atividades, fazendo até contratações.

Capes. Ex-reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Correia, acredita que a resistência inicial das universidades ao Future-se se dissipará. "Elas vão acabar cedendo e entendendo que o programa será muito relevante", avalia.





Para ele, uma das linhas mais importantes da proposta é a internacionalização e a inovação. "É engraçado: olhamos para Harvard, MIT, Caltech, Stanford e falamos que isso, sim, é uma universidade", afirmou, listando instituições americanas que são referência em pesquisa. "Quando voltamos, não queremos o modelo. Mas queremos ser globais. Bem, será que eles estão imitando o nosso modelo? Lá, o modelo é muito semelhante ao das OSs", disse.

Segundo Correia, há no Brasil quem já se vale desse modelo, caso do Sirius, maior projeto de ciência do País, responsável por desenvolver um acelerador de partículas. A iniciativa tem suporte de organização social. /
COLABOROU LIGIA
FORMENTI

**MEC quer que as particulares
possam revalidar diplomas**

O MEC quer alterar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para que o reconhecimento de diplomas estrangeiros possa ser feito também por universidades particulares. Hoje só as públicas federais, com curso de mesmo nível e área equivalente, têm competência legal. Segundo Arnaldo Lima, secretário de Educação Superior, essa análise é "devagar e complexa" e se aproveitou a "janela de oportunidades" criada pela proposta do Future-se.

"É a complementaridade entre o setor público e privado para que a gente possa trazer professores visitantes internacionais e, para isso, a gente precisa que os diplomas sejam revalidados. É um absurdo que se autorize uma faculdade a conceder diplomas e formar alunos, mas não possa revalidar um diploma. É discussão do século 18", disse Lima ontem, durante o 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação. / ISABELA PALHARES

UFRJ teme que MEC nivele setor 'por baixo'

Reitora vê riscos em novos critérios para distribuir verba a federais; secretário defende

A reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) questionou ontem possíveis mudanças nos critérios de distribuição de recursos para universidades federais. "Preocupa que, querendo igualdade, a gente acabe nivelando por baixo", disse Denise Pires de Carvalho, durante evento em São Paulo com o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima Junior. Como o Estado revelou, o Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as federais. A ideia é dar mais dinheiro a quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade.

Segundo Lima Junior, o gasto por aluno é de R\$ 75 mil na Federal de São Paulo (Unifesp) e

na UFRJ – ante R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. "Temos 1,2 mil laboratórios, mais de 30% de cursos (com notas) 6 e 7. Ele quer que o Nordeste chegue (ao gasto da UFRJ)? (Se for isso), estamos de acordo. Se ele quer que a UFRJ diminua, aí não vamos poder ter o mesmo número de laboratórios nem de programas." Um dos critérios que o MEC estuda adotar para o desbloqueio de recursos é o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU), que Lima Junior classificou como "bastante robusto".

Segundo ele, 86% das universidades têm índices inferiores a 5 nesse levantamento (de 0 a 10). A UFRJ alcançou as piores posições. "Quanto maior for o índice de governança, maior será a parte destinada a essas instituições. (Isso vai ser feito) daqui para frente", disse o

secretário. Segundo Lima Junior, o que se pretende é "criar uma cultura do suor, de não se vitimizar" e premiar quem obteve melhores resultados. "Eu me assustei um pouco com o que foi noticiado. Conheço a empregabilidade dos egressos, somos a primeira em inovação, mas não conheço o relatório do TCU", disse Denise, que assumiu a reitoria em julho.

Ela também levantou dúvidas sobre o que poderá ser considerado empregabilidade. Procurado, o secretário executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino, disse que ainda não sabe oficialmente qual é a proposta e que haverá uma reunião com o secretário do MEC na quinta-feira. / GIOVANA GIRARDI, ISABELA PALHARES e JÚLIA MARQUES

EDUCAÇÃO »

Gestão compartilhada leva à queda de secretário

Para Rafael Parente, exonerado na noite de ontem pelo governador Ibaneis Rocha, o chefe do Executivo "foi longe demais" ao não considerar a escolha de colégios que optaram por não ficar com o modelo de administração dividida com a PM

» JÉSSICA EUFRÁSIO

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), exonerou, ontem, o segundo secretário de governo desde que assumiu a gestão. À frente da pasta de Educação, Rafael Parente anunciou, por meio de uma rede social, a saída do cargo. Então titular da Secretaria de Trabalho, João Pedro Ferraz — candidato ao Senado nas últimas eleições — assumirá a vaga recém-aberta. Até o fechamento desta edição, o governo distrital não havia anunciado quem entraria no lugar do advogado.

Ao Correio, Parente afirmou que a resolução havia sido anunciada à Casa Civil e que a decisão decorreu da polêmica relativa à militarização das escolas públicas do DF. No sábado, a comunidade, a equipe administrativa e os professores de cinco instituições de ensino participaram de uma votação. Os grupos foram questionados se aprovavam a adoção de um modelo de gestão compartilhado com a



Rafael Parente, ex-secretário de Educação do DF: "Eu havia avisado, por meio do secretário da Casa Civil (Valdetário Andrade Monteiro), que, se não houvesse retorno, se não ouvissem a comunidade, como haviam prometido, eu abriria mão de meu cargo"

Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF). Dos cinco colégios consultados, dois se manifestaram contrariamente à mudança.

No domingo, o governador Ibaneis afirmou que, apesar do resultado, levaria o modelo para as escolas que votaram contra ele. Para Rafael Parente, a atitude do chefe do Executivo foi "longe demais". "Eu havia avisado, por meio do secretário da Casa Civil (Valdetário Andrade Monteiro), que, se não houvesse retorno, se não ouvissem a comunidade, como haviam prometido, eu abriria mão de meu cargo", destacou. Ele acrescentou que soube da exoneração por meio

de um jornalista. "O secretário me pediu para aguardar, porque o governador me ligaria, mas ele (Ibaneis) decidiu falar isso (sem avisar)."

Parente é doutor em educação pela Universidade de Nova York e ex-subsecretário de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, durante a gestão de Eduardo Paes (DEM). No cargo desde o início da gestão de Ibaneis Rocha, Rafael agradeceu o "carinho dos professores" e disse ter feito o melhor que pôde no período em que ocupou a função.

No Twitter, ele agradeceu ao governador pela oportunidade e pelo





“favor” em exonerá-lo, além de afirmar que não voltaria atrás. “Minha integridade, meus valores, a certeza de que temos de defender a democracia são o princípio mais valoroso do mundo. Eu me entreguei como nunca havia me entregado. Com certeza, continuarei trabalhando muito pela educação do Brasil e do Distrito Federal e por nossa democracia, para que consigamos respeitar e valorizar mais nossas diferenças”, ressaltou, em entrevista ao Correio.

Sob a nova gestão de João Pedro Ferraz, a pasta da Educação do DF ganhará uma subsecretaria para cuidar apenas das escolas de gestão compartilhada. No entanto, não foram divulgados nomes de quem assumirá o departamento. Até o fechamento desta edição, a reportagem não conseguiu contato com o governador Ibaneis Rocha. (Colaborou Ana Viriato)

Rapidinhas

» O Google For Education e a Undime (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação) assinaram parceria para a troca de conhecimentos relacionados à educação básica. A principal ação será patrocinada pelo Google e prevê a realização de uma pesquisa inédita no Brasil para verificar o nível de acesso, uso e apropriação das tecnologias por alunos, professores e gestores.

Facada, protesto e 10 escolas militarizadas



Estudantes do Centro Educacional Gisno, na Asa Norte, deram um abraço simbólico no colégio da Asa Norte: críticas à decisão do governador Ibaneis Rocha

No dia seguinte à decisão do governador de implementar a gestão compartilhada em escola de Samambaia, aluno é esfaqueado na porta do centro de ensino. Colégios que não tiveram a rejeição ao modelo respeitada fizeram manifestações

ALAN RIOS
ANA VIRIATO
CAROLINE CINTRA

As duas escolas que funcionarão sob a gestão compartilhada com a Polícia Militar à revelia dos resultados de consultas públicas tornaram-se palco de manifestações

no dia seguinte ao anúncio da medida pelo governador Ibaneis Rocha (MDB). Ontem, professores e alunos do Centro Educacional Gisno, na Asa Norte, abraçaram simbolicamente o colégio e criticaram a postura do chefe do Palácio do Buriti. Na contramão, com cartazes e faixas, pais e estudantes do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 407 de Samambaia defenderam a militarização — cerca de cinco horas após o ato, um aluno recebeu uma facada na saída do colégio (leia reportagem abaixo, à direita).

A polêmica não se restringiu às escolas. Em uma visita à Câmara

Legislativa para a entrega do projeto que cria a Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência, Ibaneis discutiu com o distrital Fábio Félix (PSol) após ouvir que deveria honrar o resultado das votações. “Um governador que se encastela e tapa os ouvidos para a divergência é um exemplo do que tanto tememos em tempos de crise na democracia: autoritarismo”, criticou o parlamentar, em nota.

Apesar das críticas, Ibaneis se manteve irredutível. “Os índices escolares e de criminalidade apontam o sentido da necessidade da gestão compartilhada. Infelizmente, durante





o processo, o sindicato (dos Professores) e a esquerda fizeram política e se esqueceram da população”, alfinetou. “As consultas públicas continuarão a ser feitas, mas para a informação da sociedade, e não com caráter de eleição. É como ir ao médico: ele dá o diagnóstico e você escolhe se segue a orientação ou não. Quem estiver insatisfeito, que vá à Justiça”, afirmou.

O placar das duas votações terminou apertado no sábado. No CEF 407 de Samambaia, 77,55% dos profissionais rejeitaram o modelo. Entre pais e estudantes, 60,32% disseram “sim” à militarização. O placar final registrou 58,49% dos votos válidos contra a mudança. No Giso, 67% dos professores, assistentes e temporários, e 54,7% dos alunos e responsáveis posicionaram-se pela rejeição à gestão compartilhada. No agregado, 57,66% barraram o projeto.

No mesmo dia, três escolas apoiaram a militarização: o CEF 19, em Taguatinga; o CEF 01, no Núcleo Bandeirante; e o CEF 01, no Itapoã. Consultado no último dia 10, o Centro Educacional Condomínio Estância III, em Planaltina, também aderiu à gestão compartilhada. No total, a capital conta com 10 escolas sob o novo formato de gestão.

No detalhe

» Com o convênio firmado entre as secretarias de Educação e de Segurança Pública, as unidades de ensino terão acrescido aos nomes o termo Colégio da Polícia Militar e serão submetidas à gestão compartilhada

» Cada unidade deve receber de 20 a 25 militares — PMs ou bombeiros na reserva ou sob restrição médica

» A Secretaria de Educação continua responsável pela parte

pedagógica, enquanto os militares ficam com a gestão de aspectos disciplinares, administrativos e contraturno

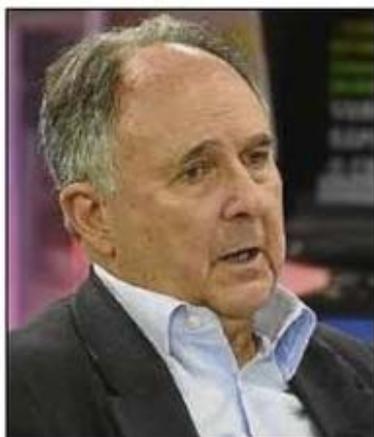
» As escolas seguirão as Diretrizes Curriculares da Educação da rede. Contudo, PMs ministrarão disciplinas relativas à cultura cívico-militar, como ética e cidadania, musicalização, esportes e ordem unida

» Os alunos receberão uniformes diferenciados produzidos pela Fábrica Social

» Meninas deverão usar coques, e meninos, cabelo curto

» Os responsáveis poderão acompanhar o dia a dia dos estudantes na escola por um aplicativo, que vai informá-los sobre frequência dos alunos, horários de entrada e saída, comportamento e desempenho escolar

CARAA CARA



Cristovam Buarque,
ex-senador e ex-ministro
da Educação

"Creio que compartilhar seja positivo. Professor educa, policiais protegem. O caos ao qual deixamos as escolas chegarem exige uma assessoria em segurança em que nós, professores, não temos expertise. A maioria das escolas precisa de mais disciplina. Melhor, precisa de aspectos necessários à convivência. Não estão sendo o ambiente que deveriam ser, porque estão marcadas por episódios de violência física, depredação do patrimônio, roubo."



Francisco Thiago Silva,
Doutor e professor da
Faculdade de Educação da UnB

"A população associa as escolas militares às de gestão compartilhada. Há grandes diferenças entre as duas, como a valorização do profissional e o processo de admissão de estudantes. Além disso, é preciso deixar claro que a militarização não resolve os problemas exteriores, que, geralmente, são atrelados ao comportamento dos alunos. O projeto ainda tira do professor a autonomia, e a presença de profissionais de fora da carreira do magistério é ilegal, por ferir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação."

Alunos abraçam o Gisno

Pacífico, o protesto no Gisno começou às 12h20, quando alunos e professores deram as mãos e entoaram frases como “Não à militarização!” e “Respeita o Gisno, Ibaneis!”. “Não somos contra a Polícia Militar, tanto que respeitamos o bom trabalho do batalhão escolar. Mas, dentro da instituição, giz não combina com arma”, disse o diretor, Isley Marth. Surpreso com a determinação de Ibaneis, ele criticou o fato de a Secretaria de Educação ter escolhido a militarização no período de recesso escolar. “Pouco tempo antes dessa escolha, a Secretaria nos visitou, viu os nossos problemas estruturais e nos disse que seríamos colocados no Programa Escolas Prioritárias”, informou. Segundo Isley, o modelo prevê medidas emergenciais, como a destinação de recursos para reformas e ampliação da equipe de orientadores educacionais.

Professor de filosofia no Gisno, Henrique Fróes enfrentou dificuldade para conter os alunos pela manhã. “Eles se sentiram desrespeitados e ficaram revoltados, porque se engajaram no debate, vieram à escola votar no sábado e foi em vão”, lamentou.

Em Samambaia, a movimentação começou às 7h. Apesar da rejeição

ao modelo de gestão nas urnas, pais e estudantes pediram a presença dos militares na escola durante o ato. Com o filho mais novo matriculado, a consultora de produtos de beleza Firmina Vieira, 39, alegou que a instituição se tornou um ambiente de drogas, brigas e roubos. “Tem câmera, mas não serve para nada. Está uma bagunça. Achei errado os alunos votarem. Crianças não podem decidir por si só”, criticou.

Resultado

Para a diarista Lúcia Helena da Silva, 48, a opinião dos professores interferiu na escolha dos filhos. “Eles os assustaram. A minha filha chegou em casa com medo do que ouviu. Mas eu sentei com ela e disse que seria o melhor. Expliquei que o índice de violência é alto e que, com a presença da PM, pode melhorar.”

Diretor do centro de ensino fundamental, Rodrigo Soares revelou que os professores ficaram surpresos com a decisão do governador, mas não devem resistir. “Vamos aguardar as recomendações do projeto. Mas, em nenhum momento, o governo deixou claro que não respeitaria o resultado das votações”, ponderou. A Secretaria de Educação não se manifestou sobre os protestos.

Vítima passa por cirurgia

A discussão sobre a presença de policiais militares e bombeiros nas escolas ganhou força após um aluno de 15 anos, do 8º ano do Centro de Ensino Fundamental 407, de Samambaia, levar uma facada em frente ao colégio. Para o GDF, o episódio é prova da urgência de implementação do modelo de gestão a fim de aumentar a segurança nas instituições.

Conforme informações de funcionários que organizavam a saída dos alunos do turno matutino, por volta das 12h, três rapazes aguardavam o alvo sair da instituição. O pai do menino, que esperava na porta, o levou a um hospital particular de Taguatinga. Ao Correio, a diretoria do colégio explicou que ele passaria por uma cirurgia para que fosse avaliada a gravidade do ferimento.

A 26ª DP (Samambaia Norte) investiga o caso. Segundo o delegado de plantão Reginaldo Alves, o crime teria sido motivado por ciúmes. “O autor soube que o adolescente abraçou a namorada dele durante o intervalo e foi tirar

satisfação na hora da saída”, contou. A polícia espera o estudante do CEF 407 receber alta para ouvi-lo e, posteriormente, interrogar as testemunhas. “Talvez a gente tenha de ouvir a namorada do autor também para chegar até ele. Não temos nome nem idade. Estamos no início da investigação”, emendou o delegado.

Sem tolerância

Em nota, a Secretaria de Educação informou que “atos de violência nos ambientes escolares não serão tolerados”. “A orientação da pasta é de que as equipes gestoras acionem as autoridades competentes em casos como o ocorrido”, ressaltou. Na visão do governador Ibaneis Rocha (MDB), casos como este podem ser evitados com a implementação da gestão compartilhada. “Essa facada reforçou o meu pensamento, os indicadores usados na escolha das unidades que receberão o modelo e a necessidade de mudança. Ninguém tomou providências antes. Então, estou fazendo agora”, disse.

Entrevista / Júlio Marcelo Oliveira, procurador**"Inativo da saúde e educação não é atribuição do fundo"**

O procurador do Ministério Público junto ao TCU esteve no CB. Poder e abordou a polêmica do Fundo Constitucional

» ISA STACCIARINI

Em meio à polêmica envolvendo o Governo do Distrito Federal (GDF) e a decisão do Tribunal de Contas (TCU) proibindo o pagamento de servidores aposentados e pensionistas das áreas de educação e saúde com recurso do Fundo Constitucional, o procurador do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo Oliveira, frisou que a União financeira não se responsabiliza pelas duas áreas. "O pagamento de (servidor) inativo da saúde e educação não é atribuição do fundo. O Fundo Constitucional é para custear atividade, ou seja, serviço público que está sendo prestado", esclareceu.

Em entrevista ao programa CB. Poder, parceria do Correio com a TV Brasília, Júlio sugeriu como alternativa a readequação de fontes para custear a despesa. "O que é pago pelo Fundo Constitucional será pago com recurso que o Distrito Federal deve estar aportando para outras áreas. Não deixa de ser um embaraço e uma dificuldade com que o governador não contava, mas esse é o desafio de governar em um período de escassez, conforme o que determina a lei", destacou.

Em âmbito nacional, o

procurador disse não ter avaliado como crime ou ilegalidade as mensagens trocadas entre integrantes da força-tarefa da Operação Lava-Jato e o juiz Sérgio Moro. Ele também afirmou ser contra o projeto de lei de abuso de autoridade. "O que todos nós esperávamos era um projeto anticrime que o ministro Sérgio Moro encaminhou, mas o que veio do Congresso Nacional foi o oposto do esperado. Um projeto de lei que criminaliza condutas que são do dia a dia da atividade policial, do Ministério Público e do juiz", afirmou.

O que levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a suspender o pagamento de servidores inativos e pensionistas das áreas de educação e saúde com recurso do Fundo Constitucional do DF?

O Fundo Constitucional, criado em 2002, tem a finalidade de prover recursos financeiros para o Distrito Federal a fim de organizar e manter a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros e prestar assistência financeira nas áreas de educação e saúde. A União não se responsabiliza por todas elas, mas tem um peso importante na segurança, tendo em vista que a sede da União e do poder federal fica no Distrito Federal. Portanto, a União assume uma atribuição importante de custeio do Distrito Federal que faz com que o DF tenha muita vantagem em relação a outras unidades da Federação. Só o Judiciário, a segurança e o Ministério Público têm

um valor expressivo. Em relação à educação e à saúde, o que o Tribunal de Contas da União considerou é que esse dinheiro é para ser usado na atividade conforme a disponibilidade do fundo e não para inatividade do servidor, que deve ser custeado com recursos próprios do GDF, da sua arrecadação ou do fundo de participação que o GDF tem nos recursos da União, como os outros estados.

Quando a União repassa esse valor ao GDF, o uso desse recurso acaba sendo do gestor?

O pagamento de (servidor) inativo da saúde e da educação não é atribuição do fundo. O Fundo Constitucional é para custear atividade, ou seja, serviço público que está sendo prestado. Se ele foi criado com a finalidade específica, regulado por lei, o gestor não pode fazer o que a lei desautorizou.

Como o DF pode equacionar essa relação?

Provavelmente, é possível fazer uma readequação de fontes. O que é pago pelo Fundo Constitucional vai ser pago com recursos que o Distrito Federal deve estar aportando para outras áreas. Não deixa de ser um embaraço e uma dificuldade com que o governador não contava, mas esse é o desafio de governar no período de escassez, conforme o que determina a lei.

Como o senhor avalia a declaração do governador em relação aos ministros do TCU?





Isso foi de uma deselegância patente. Não é assim que as instituições e os titulares de poder devem se relacionar. Se uma decisão do TCU for contrastada no Supremo Tribunal Federal (STF), e o STF reverter, certamente não ouvirá ninguém do TCU utilizando palavras deselegantes. Cada um, exercendo suas competências, vai fazer a avaliação que lhe cabe, mas dentro de um padrão de civilidade, utilizando a marca característica do exercício de poder, especialmente para um governador.

Como o senhor avalia os avanços de políticos contra órgãos fiscalizadores?

Todos os governantes e políticos têm de ter o compromisso com a construção e o fortalecimento das instituições. O que faz o país ter uma democracia vigorosa são instituições fortes que dependam menos da personalidade dos governantes. Quando há qualquer movimento que seja no sentido de deslegitimar a atuação de uma instituição de controle, ou interferir no seu funcionamento independente e autônomo, ocorre um movimento contrário do que se deseja e espera. Queremos que órgãos de controle sejam respeitados, fortalecidos e que assim possam prestar um bom serviço à sociedade.

Não é uma ironia ter tido um juiz considerado símbolo do combate à corrupção, como Sérgio Moro, e que agora esteja participando de um governo que está retrocedendo nesse apoio às instituições de controle?

Imagino que ele esteja fazendo todos os esforços pessoais para impedir que qualquer ato contra as

instituições ocorra, mas esse é um papel de todos nós. Toda sociedade precisa estar atenta para defender as instituições de controle, porque elas são patrimônio da sociedade. Elas servem à sociedade como instrumento de estado e não de um governo que é transitório e passageiro.

Na opinião do senhor, as mensagens vazadas entre os procuradores da operação Lava-Jato com o juiz Sérgio Moro revelam algum crime?

Nem crime, nem ilegalidade. Ali é como se fosse um cafezinho que você conversa com pessoas do seu grupo, com uma certa liberdade. Essa foi uma conversa entre membros da equipe e, nela, se tratou de providências, logística e acerto de datas para operações. Eu não vi ninguém combinando a inserção de uma prova no processo, porque ela seria grave. Ou retirar alguma prova que ajudasse na defesa. Não vi nada que indicasse conluio ou comprometimento do juiz para atuar como juiz depois. Naturalmente, em um sistema como o nosso, em que o juiz da instrução é o mesmo que o do julgamento, pode haver esse sentimento de confusão e de muita proximidade do juiz com o Ministério Público ou com a polícia, porque, nessa fase prévia de investigação, o juiz precisa estar muito próximo à investigação. Depois, na fase de julgamento, quando a denúncia é oferecida, evidentemente esse magistrado tem uma pré-compreensão dos fatos. Talvez seria melhor para o país fazer uma separação, deixando um juiz cuidando dessa etapa, e outro cuidaria do processo a partir da denúncia.

O procurador Deltan Dallagnol é alvo de várias representações no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no âmbito da Vaza-Jato e de outras que surgiram, como o do senador Renan Calheiros. É possível utilizar o conteúdo dessas mensagens, que são pessoais, como provas em um processo?

Elas não apontam para nada irregular. Nem como prova para condenar alguém, nem administrativamente. Muitas dessas representações nascem a partir de manifestações do Deltan nas redes sociais ou de entrevistas em contato com a imprensa. A meu ver, a participação do Ministério Público no debate público é mais do que um direito, mas um dever ético e profissional.

O senhor é contra ou a favor do projeto de abuso de autoridade? Quem ganha com esse projeto?

Sou radicalmente contra. O que todos nós esperávamos era um projeto anticrime que o ministro Sérgio Moro encaminhou para justamente facilitar a investigação, dar mais instrumentos para efetividade do combate à corrupção e do combate à criminalidade. Mas o que veio do Congresso Nacional foi justamente o oposto do esperado. Um projeto de lei que criminaliza condutas que são do dia a dia da atividade policial, do Ministério Público e do juiz.

Quem controla os ministros do Supremo?

Absolutamente ninguém. Eles tinham de se controlar mutuamente. O poder só é limitado pelo poder e contido pelo poder.

CÁLCULO EDUCACIONAL

Dados obtidos com exclusividade pela coluna mostram uma seleção pensada e estratégica do governo na escolha das escolas militarizadas. Antes de implementar o modelo, a Secretaria de Segurança Pública criou um critério novo para medir a "qualidade escolar". O 'Indicador de Vulnerabilidade Escolar' (IVE) elabora um cálculo com base nas taxas de ocorrência, na nota do Ideb e nos índices de reprovação e abandono dos alunos.

Risco sob medida

Os números mostram que, na primeira leva das escolas escolhidas, a secretaria optou por instituições de ensino que se mantinham com um desempenho intermediário no ranking elaborado pelo próprio órgão. As escolas CED 07 de Ceilândia e a CED 03 de Sobradinho, por exemplo, estavam listadas na 115ª e 91ª posição respectivamente. Os dados recebidos listam 180 colégios.

Risco medido

As escolhas mais recentes já possuem índices mais elevados em comparado às selecionadas anteriormente. As CEFs 19 de Taguatinga e 407 de Samambaia são a primeira e a terceira escola mais problemáticas, com relação ao índice produzido. Para o risco, que é evidente, há um setor específico da Polícia Militar para cuidar dos colégios. Ao todo, o Buriti quer entregar o governo com 40 escolas com gestão compartilhada.

Educação a Distância

Cada vez mais democrática, a Educação a Distância vem conquistando mais e mais adeptos em todas as etapas do ensino, sejam elas na educação técnica, de jovens e adultos, no ensino superior, pós-graduação ou em outros níveis de assimilação da educação.

Por muito tempo se criou o preconceito de que a educação a distância não tem a mesma qualidade da educação presencial. Falácia! Na educação básica, a educação a distância se mostra como uma possibilidade de inclusão, por chegar às regiões onde o ensino presencial não chega, seja pela falta de professores, de espaço físico ou por qualquer outra razão, entre elas, a dificuldade do próprio aluno de se locomover até a escola.

O debate sobre a inclusão da modalidade na educação básica é cada vez mais perene, justamente por promover habilidades que hoje são tidas inegavelmente como essenciais, além de ser uma oportunidade de complementar a aprendizagem presencial através de jogos e/ou atividades a distância que ajudam o aluno a com-

preender e a praticar o conteúdo abordado.

A internet e a tecnologia dos meios de comunicação representam hoje um papel crucial na aprendizagem, no trabalho e nas relações pessoais. Permitir que a Educação a Distância chegue aos jovens por meio da educação básica é estabelecer uma comunicação entre o processo educacional e as novas ferramentas de comunicação e interação, que desenvolve diversas habilidades e competências, entre elas a autonomia, a capacidade de gerenciar o próprio tempo de estudo e de aprender a lidar com o universo das novas tecnologias.

Com a EaD, a escala da sala de aula virtual não se restringe mais às fronteiras das quatro paredes da sala de aula. Aliá-la ao currículo do ensino presencial é tornar o processo de aprendizagem mais flexível e dinâmico. Teremos assim jovens antenados, escolarizados e que dominam, de fato, as ferramentas digitais.

LUCIANA ALVES CARNEIRO, bióloga, pedagoga e psicopedagoga Institucional

SAMAMBAIA SUL

Aluno é esfaqueado no portão

PEDRO MARRA

redacao@grupojbr.com

Um estudante de 15 anos foi esfaqueado numa briga com mais três indivíduos na porta do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 407, de Samambaia Sul. A Secretaria de Educação e a Polícia Militar confirmaram o caso, motivado por ciúmes da namorada do agressor. Os três rapazes não são matriculados na unidade.

A confusão aconteceu após o alu-

no ter se desentendido com outro rapaz. A vítima foi encaminhada para um hospital particular de Taguatinga. A Polícia Militar do DF foi chamada pela diretoria da escola.

"Um deles [agressores] atingiu a vítima com um golpe de faca na perna. O estudante foi levado ao hospital e o autor está foragido", informou o órgão.

Por meio de nota, a Secretaria de Educação do DF (SEE-DF) informou que a briga "envolveu um estudante do 8º ano e um adolescente não

identificado."

A pasta ainda informou que "a PM foi acionada pela direção da escola. O estudante foi levado para um hospital particular a pedido da família", disse.

A Polícia Civil informou que a 26ª Delegacia de Polícia (DP), em Samambaia Norte, é a responsável pelo caso.

Procurada pela reportagem, a delegada-chefe Renata Pereira de Jesus, não atendeu às ligações para maiores esclarecimentos.



O agressor, que fez um corte na perna do aluno, está foragido da Polícia

EDUCAÇÃO**Governo nomeia 200 professores**

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, nomeou, na noite de ontem (19) 200 professores de Educação Básica. As convocações para a Secretaria de Educação serão publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) de amanhã (20). Os futuros servidores aguardavam a nomeação há quase dois anos.

Entre as áreas de atuação dos docentes estão Artes, Biologia, Ciências Naturais, Filosofia, Física, Geografia, História, Espanhol, Inglês, Língua Portuguesa, Matemática, Química, Sociologia e Ciências Naturais. Os professores terão a carga horária de 40h.

Este ano, o Governo do Distrito Federal já nomeou cerca de 800 servidores para a área da educação. Em fevereiro, a pasta recebeu o reforço de 234 orientadores educacionais e mais 54 professores. Já em abril, 250 profissionais foram nomeados para atuar nas unidades de ensino participantes do projeto Escola que Queremos.

Projeto

O programa Escolas que Queremos, uma das cinco bandeiras do EducaDF, macropolítica da Rede Distrital de Educação, foi lançado no dia 10 de junho pelo Secretário de Educação, Rafael Parente.

Destinado a 190 unidades de ensino da rede pública, o projeto pretende alcançar uma educação de excelência, melhorando os índices de aprendizagem, reduzindo as taxas de abandono e reprovação escolar e valorizando os profissionais da educação.

Rafael Parente é exonerado da Secretaria de Educação. Assume João Pedro Ferraz



Secretário não resistiu às polêmicas envolvendo a gestão compartilhada entre Educação e Segurança Pública em escolas do DF

LILIAN TAHAN
lilian.tahan@metropoles.com

CAIO BARBIERI
caio.barbieri@metropoles.com

Esta segunda-feira (19/08/2019) foi o último dia de expediente do secretário de Educação do Distrito Federal, Rafael Parente. Ele será exonerado do comando da pasta a qual chefiava desde o início do governo. Em seu lugar, assumirá o atual secretário de Trabalho, João Pedro Ferraz, ex-procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Além de exonerar Parente, o governador, Ibaneis Rocha (MDB), decidiu que manterá a gestão compartilhada entre a Segurança Pública e o Centro de Ensino Fundamental (CEF) 407 de Samambaia, mas abrirá o debate em relação ao Giso, na Asa Norte.

No último sábado (17/08/2019), as duas unidades rejeitaram, em votação de pais, alunos e professores, o modelo. Enquanto isso, outras três optaram pela mudança: CEF 1 do Núcleo Bandeirante, CED 1 do Itapoã e CEF 19 de Taguatinga.

A negociação em relação ao Giso será feita na gestão de Ferraz, junto ao Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) e à comunidade escolar. “Falei, ao longo dos últimos 15 dias, que não ia admitir ingerências

políticas nas áreas de saúde, educação e segurança”, justificou Ibaneis.

Segundo o governador, Rafael Parente “é um excelente técnico, mas que não teve experiência suficiente para construir o entendimento no caso do novo modelo proposto pelo governo. Deixou-se levar pelas questões políticas, o que também repercutiu na saída da coronel Sheyla Sampaio [ex-comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal] e no meu desentendimento com o distrital Roosevelt Vilela [deputado do PSB que tentou indicar um novo comandante para o Corpo de Bombeiros]”.

À coluna, Parente comentou a saída. “Existe algo na minha vida que são os meus valores, disso não abro mão. Desde o início, lutei pela comunidade escolar e para que a democracia fosse respeitada, ainda mais em tempos tão estranhos como estes em que estamos vivendo”, manifestou-se.

Rafael Parente ainda agradeceu o governador por ocupar “o cargo mais ilustre de toda sua trajetória profissional”. Disse também que deixa a função “com a certeza de que sempre lutou por melhorias na educação do DF”. Em sua conta no Twitter, o agora ex-secretário também se manifestou.



"Leituras elásticas" são novo conceito para formar leitores

Por Alana Gandra -
Repórter da Agência Brasil Rio
de Janeiro

Para a pedagoga Carolina Sanches, especialista em mídia e educação, o conceito de leituras elásticas é uma tendência do mundo atual para formar novos leitores. Curadora do Fórum de Educação, que vai oferecer programação exclusiva e gratuita para professores durante a 19ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, que começa no próximo dia 30, Carolina afirmou à Agência Brasil que a formação de leitores é um dos maiores desafios do nosso tempo, dominado pela tecnologia. "Um mundo em metamorfose", reforçou.

Para ela, o destaque entre as estratégias de que educadores podem lançar mão para formar leitores neste novo tempo e que exige transformação também da leitura é a chamada leitura elástica – abordagem lúdica em que se pode misturar livros com



outras plataformas. “Eu acredito que isso se dá através da leitura e da ludicidade, ou seja, do livro, dos jogos, do cinema, do Nintendo, do Minecraft. A gente vai misturando. É uma educação remix. Através da mistura de plataformas e linguagens, a gente vai conseguir dialogar com as crianças”, destacou a pedagoga. “A leitura também precisa de metamorfose”, defendeu.

As leituras elásticas chegam para atender a uma demanda

de uma nova geração. Para a pedagoga, a educação, hoje, consiste na convergência de diversas plataformas.

Segundo Carolina Sanches, os professores e educadores são imigrantes digitais, enquanto os alunos são nativos digitais. “E nós queremos que eles sejam formados leitores da mesma maneira que nós fomos. Não vai dar. São novos tempos. É preciso desapegar de um tipo de formação leitora e migrar para outro.”





Virada

A pedagoga afirmou que existe atualmente uma virada enorme de entendimento de formação leitora. “Claro que existe a formação do leitor literário mas, para chegar na literatura, a gente vai precisar de outras estratégias. Se antigamente o DNA da educação era ensinar, hoje o DNA evoluiu”. Lembrando Luciano Meira, especialista em educação aplicada por meio de games, que também participará do Fórum de Educação, Carolina citou que o novo DNA da educação precisa de diversão, desafio e diálogo de narrativas e aventuras. “Significa que a nossa leitura estica como nas demais plataformas. Assim, com leituras não lineares, a gente vai conseguir avançar na formação leitora”.

Para conseguir que também os adultos adquiram o hábito da leitura nessa época atual de muita desatenção, em que as pessoas não ficam uma hora e meia hora sem consultar o WhatsApp

dentro de locais fechados como cinemas e teatros, inclusive, Carolina Sanches defendeu que a estratégia é trabalhar com narrativas que tenham ligação com uma série de televisão ou com um filme, por exemplo. “Isso facilita que a pessoa consiga mergulhar ali [no livro]”. Ela acredita que isso se aplica tanto a crianças como a adultos. “É uma coisa do nosso tempo”.

Inovação

A pedagoga assegurou que a tecnologia não é inimiga do livro, porque o livro também é uma plataforma. “A gente não pode lutar contra isso. A gente só precisa entender que quando fala em inovação não é só na tecnologia. A inovação está na maneira de fazer e de pensar diferente”. Ela destaca sempre nos encontros com educadores a importância dos jogos junto com a leitura, de jogos de tabuleiro com a narrativa de um livro. Ela acredita que assim pode-se penetrar em várias camadas de leitura e formar o

que chama de leitores contemporâneos.

Na avaliação de Carolina Sanches, os professores estão receptivos ao conceito das leituras elásticas e pedem por isso. “Os professores querem fazer essa mudança de paradigma. E mais que cobrar dos professores, a gente precisa ajudá-los nessa transição do tempo, nessa metamorfose”. Salientou que aprendizagem só se dá com prazer. Por isso, afirmou que o caminho da leitura e da ludicidade passa pelo prazer. “Um dia, a gente vai ter um Brasil leitor”, disse.

O Fórum da Educação está marcado para os dias 2 e 3 de setembro, dentro da Bienal Rio, no Riocentro, na Barra da Tijuca, zona oeste da capital fluminense. A programação de palestras traz, além de Carolina Sanches, nomes como o professor português José Pacheco e Ana Mae Barbosa, que incluiu as aulas de artes nas escolas brasileiras.

Congresso estuda novo Fundeb com o triplo de verbas federais

Fundo que garante verbas para todas as escolas públicas expira em dezembro de 2020. Especialistas advertem que Senado e Câmara dos Deputados precisam aprovar sua renovação ainda neste ano

Ricardo Westin

DESDE 1997, O Brasil conta com uma sofisticada engrenagem contábil que impede que escolas pertencentes a estados e prefeituras pobres fiquem na penúria. Trata-se do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que recolhe verbas públicas e reparte o montante entre todas as 27 redes estaduais e 5.570 redes municipais de ensino.

Tomem-se como exemplo as escolas de Riachão (MA). A prefeitura, o estado e o governo federal investiram, em 2015, um total de R\$ 3,1 mil em cada aluno da rede municipal (ou R\$ 260 por mês). Foi um valor longe do ideal, mas teria sido ainda mais baixo caso o Fundeb não existisse. Sem o fundo, o investimento em cada estudante da cidade maranhense teria ficado em irrisórios R\$ 400 anuais (ou R\$ 35 mensais). Os cálculos são da ONG Todos pela Educação.

O Fundeb, porém, está prestes a expirar. Criado como um mecanismo provisório, ele vigorará só até 31 de dezembro de 2020. A sobrevivência do fundo está nas mãos do Congresso Nacional. Neste momento, os senadores e deputados federais estudam três propostas de emenda à Constituição (PECs) que garantem a renovação em 1º de janeiro de 2021.

No Senado, a continuidade do fundo está prevista na PEC 33/2019, do senador Jorge Kajuru (Patriota-GO), e na PEC 65/2019, dos senadores Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Na Câmara, o que está em análise é a PEC 15/2015, da deputada Raquel Muniz (PSD-MG).

Embora exija dinheiro, a educação não é gasto, mas investimento, porque dá retorno ao país. A ignorância, por trazer só prejuízos, custa muito mais

— diz Davi Alcolumbre, que é presidente do Senado.

A continuidade do Fundeb é uma reivindicação urgente de governadores e prefeitos e conta com o apoio do Ministério da Educação. Caso não seja renovado, o fundo desaparecerá, tirando dinheiro de escolas, desestabilizando as finanças de municípios e estados, prejudicando estudantes e ameaçando os avanços educacionais feitos pelo país nas últimas duas décadas.

Redistribuição

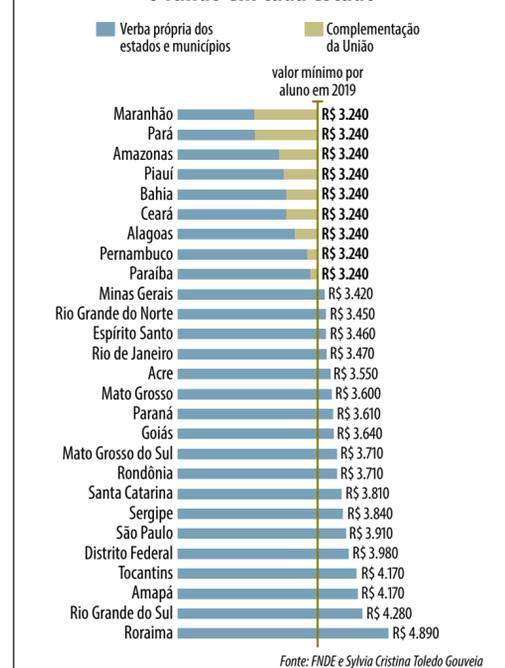
O Fundeb é alimentado por verbas federais, estaduais e municipais, que depois são divididas entre estados e prefeituras conforme o número de alunos matriculados nas escolas do respectivo ente federado. Além disso, uma fração dos recursos recolhidos é reservada às redes de ensino que ficaram com os valores mais baixos.

O fundo, em suma, exerce um papel redistributivo, amenizando a desigualdade regional no financiamento da educação. Sem o Fundeb, os investimentos públicos em cada aluno em 2015 teriam variado de R\$ 400 (caso da já citada rede municipal de Riachão) a R\$ 57,8 mil. Graças a ele, a distância entre os extremos ficou bem menor, com as cifras indo de R\$ 2,9 mil a R\$ 19,6 mil.

O Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica (creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, cursos profissionalizantes e educação especial, indígena e quilombola). Dos R\$ 248 bilhões a serem injetados nas escolas públicas do país neste ano, R\$ 156 bilhões sairão do fundo (65% do total).

Analizadas no panorama internacional, essas verbas se revelam pouco generosas. No

O fundo em cada estado



questo valor por estudante dos anos iniciais do ensino fundamental, Portugal investe o dobro do Brasil. A Coreia do Sul, o triplo. Luxemburgo, quase o sextuplo. A conclusão é da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que, para permitir a comparação, equalizou o poder de compra da moeda de cada país.

Fundo permanente

As verbas também se mostram insuficientes quando são listados os problemas que elas ainda não conseguiram resolver. A cada 10 pré-escolas públicas, 8 não contam com sala de leitura e 7 não têm parquinho. No 3º ano do ensino fundamental, metade dos alunos não faz contas básicas nem lê de modo satisfatório. Dos adolescentes que deveriam estar cursando o ensino médio, 900 mil se encontram fora da escola. Insuficientes,

as escolas de tempo integral só recebem 15% dos alunos da rede pública — a maior parte deles tem apenas quatro horas de aula por dia. As três PECs que o Congresso estuda, além de renovarem o Fundeb, convergem ao prever duas mudanças significativas no modelo atual. A primeira delas é a transformação do fundo num mecanismo permanente, e não mais provisório.

A engrenagem redistributiva dos recursos da educação pública teve início em 1997, quando se criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), para estimular a municipalização das escolas de 1ª a 8ª série (hoje, o ensino fundamental vai do 1º ao 9º ano). Com a garantia dos repasses do Fundef, calculados com base no volume de matrículas, as prefeituras aceitaram assumir o ensino fundamental, até então sob a responsabilidade dos estados.

Como se tratava de um experimento que podia não dar certo, o Fundef foi criado com prazo de validade. O fundo caducaria em dez anos. Os resultados acabaram sendo tão positivos, que o Congresso não só o renovou em 2007, mas também o ampliou.

Rebatizado como Fundeb, o fundo deixou de financiar apenas o ensino fundamental e passou a cobrir toda a educação básica. No entanto, permane-



Alunos de colégio municipal de Boa Vista: Fundeb destina dinheiro para todas as redes de ensino estaduais e municipais

ceu provisório — dessa vez, válido por 14 anos, até 2020.

Entre municípios, estados, governo federal, parlamentares e entidades de defesa da educação pública, já é consenso que o Fundeb precisa tornar-se permanente.

Com o Fundeb estabelecido de forma definitiva na Constituição, teremos a garantia de que as verbas para a educação básica, que é um direito de todos os brasileiros, jamais serão retiradas — argumenta o senador Randolfe.

O consultor legislativo da Câmara dos Deputados Paulo de Sena Martins, que é autor do livro *Fundeb, Federalismo e Regime de Colaboração* (Editora Autores Associados), acrescenta:

— O Fundeb permanente, sem o risco de desaparecer de um dia para o outro, dará uma estabilidade maior para os gestores públicos, diminuirá a insegurança, contribuirá com o planejamento. Mas permanente não significa imutável. Ele poderá ser aprimorado sempre que isso for necessário — afirma.

Aportes federais

O que existe, em rigor, não é um Fundeb único. São 27 fundos, um por estado. A principal fonte de recursos de todos eles é uma cota de 20% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um tributo estadual. Como o imposto incide sobre as vendas do comércio, especialistas em financiamento da educação sempre avisam, em palestras e entrevistas, que exigir a nota caducaria em dez anos. Os resultados acabaram sendo tão positivos, que o Congresso não só o renovou em 2007, mas também o ampliou.

O Fundeb de determinado estado prevê o mesmo valor para qualquer aluno dentro desse território, seja ele da rede estadual, seja de alguma das várias redes municipais. Em Minas Gerais, por exemplo, a cifra por aluno foi

de R\$ 3,4 mil em 2015. Não fosse a redistribuição intraestadual de dinheiro feita pelo Fundeb, os estudantes de 200 redes municipais de Minas Gerais teriam passado a R\$ 3,4 mil, de acordo com a ONG Todos pela Educação.

As transferências do fundo funcionam como um piso a ser complementado por verbas municipais ou estaduais, na medida da riqueza do respectivo ente federado. Na rede municipal de Leopoldina (MG), em 2015, o custo final de cada aluno ficou em R\$ 3,5 mil. Na rede estadual mineira, em R\$ 4,3 mil. Nas escolas municipais de Belo Horizonte, em R\$ 7 mil. Nas de Grupiara (MG), em R\$ 16,2 mil.

A segunda mudança significativa prevista nas três PECs é o aumento das injeções diretas do governo federal. O fundo, primeiro, recolhe as contribuições dos estados e das prefeituras e, em seguida, cobra da União 10% do valor inicialmente arrecadado. Das propostas em estudo no Congresso, duas elevam a cota federal para 30% e a outra, para 40%. Em todos os casos, a elevação ocorre de forma gradual, diluída ao longo dos anos, até chegar à porcentagem estabelecida.

Hoje, as verbas federais só vão para alguns Fundeb — aqueles com os valores por aluno mais baixos. O dinheiro extra é dividido de forma que a cifra de todos os estados desfavorecidos cresça até alcançar um mesmo patamar mínimo. Neste ano, nove Fundeb farão jus a esse empurrão. Elevando-se a cota federal para 30% ou 40%, o patamar mínimo subiria e mais Fundeb seriam favorecidos.

O papel redistributivo do Fundeb, portanto, não se limita a reduzir a desigualdade entre as cidades de um mesmo estado. Diminui a distância também entre os estados. Se não houvesse a complementação federal, o Fundeb do Maranhão

de governadores, prefeitos e empresários das três regiões.

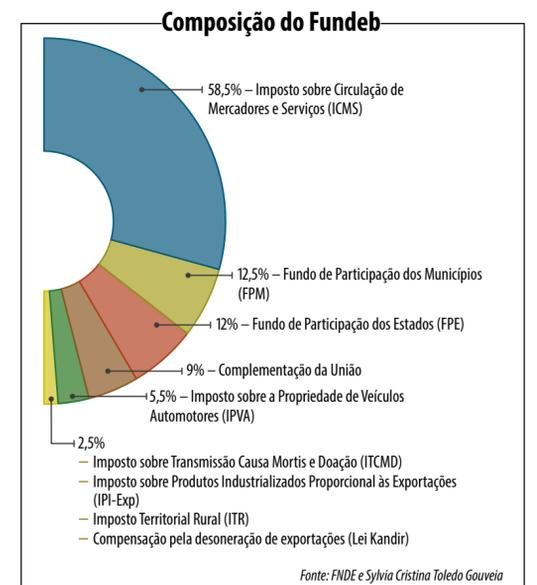
Uma terceira mudança nas regras atuais é aventada pelos relatores das PECs. Para os senadores Zequinha Marinho (PSC-PA) e Flávio Arns (Rede-PR) e a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), existe espaço para tornar mais justa a fórmula de distribuição da complementação federal.

Uma das possibilidades é que o dinheiro da União deixe de ser aplicado no Fundeb dos estados que ficam na lanterna do ranking do valor por aluno. Em vez disso, passaria a ir diretamente para as cidades mais pobres, não importando o estado em que se localizam. São cidades que arrecadam muito pouco com os impostos municipais (como o IPTU e o ISS) e, por isso, não dispõem de quase nada, além do Fundeb, para investir nos seus alunos.

Essa nova regra acabaria com uma distorção. Pelo modelo atual, cidades ricas que ficam em estados pobres recebem a complementação federal — como os municípios mineiros do Pará e os petrolíferos da Bahia. Ao mesmo tempo, cidades pobres que se localizam em estados ricos não fazem jus à complementação — como os municípios goianos vizinhos do Distrito Federal e os mineiros do Vale do Jequitinhonha.

Na Constituição

A Constituição de 1988 obriga o governo federal, os estados e os municípios a aplicar na educação pública como um todo (educação básica e ensino superior) uma porcentagem do que arrecadam com impostos e transferências. É o que se chama, no jargão contábil, de vinculação. Nem todas as Constituições anteriores vinculavam recursos



ao ensino. A história mostra que, no Brasil, o poder público só investiu maciçamente no ensino quando foi forçado pela vinculação.

O Fundeb é uma subvinculação, isto é, reserva para o ensino básico uma fração do dinheiro que a Constituição já direciona à educação geral. A eventual não renovação do fundo prejudicaria essa etapa específica. As escolas poderiam perder dinheiro para as universidades. Além disso, eliminada a fórmula redistributiva do Fundeb, a rede pública passaria a ter tanto colégios com dinheiro de sobra quanto colégios com quase dinheiro nenhum.

A Presidência da República e as duas Casas do Congresso já anunciaram que, uma vez votada a reforma da Previdência (aprovada na Câmara e agora em estudo no Senado), a próxima prioridade será a reforma tributária. Uma mexida mais profunda no sistema nacional de tributos provocaria mudanças imediatas e significativas no Fundeb, que é alimentado por impostos de toda ordem. Não seria mais prudente deixar a votação do novo Fundeb para depois da reforma tributária?

— A reforma tributária não tem prazo para ser votada. O Fundeb tem — afirma o consultor legislativo do Senado Fernando Mariano, especialista em educação. — Se segurarmos a renovação do Fundeb para esperar a reforma tributária, que ninguém sabe nem mesmo se será de fato aprovada, nós correremos o risco de assistir ao colapso da educação pública brasileira.

Calendário apertado

Parece distante a expiração do Fundeb, em 31 de dezembro de 2020. Considerando-se a dinâmica do Congresso e o calendário da política, trata-se, ao contrário, de um prazo

bastante apertado. Entidades de defesa da educação avisam que a renovação precisa ser aprovada já nos próximos meses, pois a atenção do mundo político após a virada do ano se voltará para as eleições municipais de 2020, diminuindo-se a brecha no Congresso para a votação do novo Fundeb.

Depois que o Fundeb migrar dos dispositivos transitórios para o corpo permanente da Constituição, os senadores e deputados ainda terão que aprovar uma lei que regulamente o novo fundo. A lei regulamentadora, sim, poderá ficar para o ano que vem, desde que não seja muito perto de dezembro, já que os gestores públicos precisarão de tempo para se adaptarem às mudanças e garantir que a engrenagem do novo Fundeb possa rodar já em 1º de janeiro de 2021.

— No fim das contas, é positivo que o atual Fundeb seja um mecanismo provisório — avalia o consultor legislativo do Senado José Edmar de Queiroz, que também é especialista em educação. — Se não fosse preciso renová-lo, provavelmente agora o Congresso não estaria discutindo a educação pública tão a fundo, inclusive as metas ainda não cumpridas e o financiamento, e o governo federal não teria aceitado aumentar o volume de verbas do Fundeb.

Saiba Mais

Estudo da Consultoria Legislativa do Senado
<http://bit.ly/BoletimLegislativo80>

Estudo da Consultoria de Orçamento da Câmara
<http://bit.ly/EstudoTecnico24>

Proposta da ONG Todos pela Educação
<http://bit.ly/propostaFundeb>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Os senadores Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru são autores de PECs que tornam o Fundeb permanente